



CATÓLICA PORTO
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

*PERSPETIVAS DE ESTRANGEIROS E MINORIAS
ÉTNICAS FACE À ATUAÇÃO POLICIAL*

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do
grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante -

André Varejão Oliveira Martins

Porto, Julho 2015



CATÓLICA PORTO
EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

*PERSPETIVAS DE ESTRANGEIROS E MINORIAS
ÉTNICAS FACE À ATUAÇÃO POLICIAL*

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do
grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante -

André Varejão Oliveira Martins

Trabalho efetuado sob a orientação de

Doutora Mariana Barbosa

Porto, Julho 2015

Agradecimentos

Ao meu Pai, e à minha família por todo o apoio durante o meu percurso académico.

À minha namorada, Estefânia Teles, que me apoiou em todo o processo, ouvindo as minhas frustrações e preocupações, ajudando-me na revisão de toda a dissertação. E mais importante ainda, por toda a paciência, que teve comigo, ao longo destes dez meses.

Aos meus amigos, que me apoiaram sempre, desde a licenciatura, até a este momento, e que me deram ânimo para nunca desistir.

À Doutora Mariana Barbosa, por todo o apoio, suporte, orientações e acompanhamento que me deu ao longo da realização da dissertação.

A todos os professores da Faculdade de Educação e Psicologia, por sempre terem puxado por mim, e acreditado no meu potencial. Sem a ajuda deles chegar aqui teria sido muito mais difícil.

Às minhas colegas e amigas do mestrado, Cátia Novais e Catarina Pollmann com quem partilhei imensas preocupações e frustrações, mas apoiaram-me sempre em todo o processo da dissertação e deram-me força para continuar.

Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico	2
2.1. Fatores que influenciam a opinião pública relativamente à atuação policial	2
2.1.1 <i>A Etnicidade</i>	2
2.1.2 <i>O Contexto</i>	3
2.1.3 <i>O Contacto com a polícia</i>	4
2.1.4 <i>A eficácia da polícia no controlo da criminalidade</i>	5
2.1.5 <i>Os mass media</i>	5
2.2 O Policiamento Comunitário	6
3. Método	8
3.1. Participantes	9
3.2. Instrumento	10
3.3. Procedimento de recolha de dados	11
3.4. Procedimento de tratamento de dados	12
4. Análise e Discussão dos resultados	12
4.1 <i>Acha que os imigrantes são alvo de discriminação em Portugal?</i>	13
4.2 <i>Acha que os imigrantes são alvo de discriminação por parte da polícia Portuguesa?</i>	15
4.3 <i>Contacto com a polícia e trabalho da polícia</i>	17
5. Conclusão	19
Referências Bibliográficas	21
Anexos	27

Resumo

O presente estudo insere-se num projeto de investigação alargado que se centra na atuação policial junto dos estrangeiros e minorias étnicas. Neste estudo pretende-se aceder às perspetivas dos estrangeiros e minorias étnicas face aos polícias e à sua atuação. Para tal foi aplicada uma entrevista semiestruturada a uma amostra de oito imigrantes residentes em Portugal.

Com base nos relatos dos participantes, os resultados apontam para a discriminação em Portugal dos imigrantes em função da etnicidade. A 'cor da pele' parece assumir-se como a dimensão mais preponderante no tratamento discriminatório, tanto por parte da população em geral, como por parte das autoridades policiais. Secundariamente, surge a origem geográfica como dimensão diferenciadora do grau de discriminação, com os indivíduos provenientes dos países do Leste a serem descritos pelos participantes como sendo os mais discriminados em Portugal.

Palavras-chave: discriminação; polícia; imigrantes; minorias étnicas; atuação policial.

Abstract

This study is part of a wider research project that focuses on police action along foreigners and ethnic minorities. In this study we intend to access to the perspectives of foreigners and ethnic minorities facing to the police and its operations. For this purpose, it has been used the semi-structured interview in a sample of eight immigrants living in Portugal.

Based on the reports of the participants, the results point to the discrimination of immigrants in Portugal on the basis of ethnicity. A 'skin color' seems to assume itself as the most prominent dimension in discriminatory treatment, both by the general population, as by law enforcement authorities. Secondly, the geographical origin as the differentiating dimension of the degree discrimination, with the individuals from the Eastern countries to be described by the participants as the most discriminated against in Portugal.

Keywords: discrimination; police; immigrants; ethnic minorities; police action.

1. Introdução

Este estudo tem como principal objetivo perceber a perspetiva dos estrangeiros e minorias étnicas relativamente à atuação policial em Portugal. Historicamente, os sistemas de justiça legal e criminal têm sido flagrantemente discriminatórios em relação às minorias étnicas (Ammar, Orloff, Dutton & Hass, 2005).

Os movimentos políticos e sociais dos anos 60 despoletaram um interesse académico no modo como o público olha para as questões do crime e da justiça, incluindo as atitudes em relação à polícia (Brandl, Frank & Bynum, 1996).

Desde então, vários investigadores têm explorado os fatores que influenciam a perceção dos indivíduos relativamente aos polícias e à sua atuação. As primeiras investigações sobre o tema, realizadas nos Estados Unidos da América, revelaram que os indivíduos pertencentes a grupos minoritários percecionam a polícia de uma forma mais negativa do que os restantes cidadãos (Jacob, 1971; Hindelang, 1974; Skogan, 1978; Dean, 1980). Ao longo dos anos vários autores têm ido de encontro a estas primeiras pesquisas, afirmando que os membros das comunidades minoritárias têm uma opinião mais negativa em relação à atuação policial (Weitzer & Tuch, 1999; Tyler & Huo, 2002; Davis & Miller, 2002; Weitzer & Tuch, 2005).

Hoje em dia, apesar das reformas, o envolvimento policial nas comunidades minoritárias nos Estados Unidos da América e na Europa está repleto de indícios de discriminação, tratamento diferenciado e brutalidade para com as minorias. Nos Estados Unidos da América, a relação entre a polícia e os imigrantes e/ou minorias étnicas tem experimentado tensões ao longo dos anos (Vrij & Winkel, 1991). Na Europa, estudos recentes em Londres e Paris têm revelado que as relações entre as minorias étnicas e a polícia são também caracterizadas por severas tensões (Mucchielli, 2009; Singh, Sherlock, Marcus & Rabbats, 2012). Não obstante, os estudos existentes são na sua maioria realizados nos Estados Unidos da América, enquanto na Europa só recentemente é que se começou a estudar este tema (Craen & Skogan, 2014). Tendo em conta este facto, a pertinência deste estudo fala por si só, visto que, cada vez mais as sociedades são multi-étnicas, sendo necessário

percebermos como a polícia atua junto destas populações no sentido de se conseguir melhorar as suas relações e, conseqüentemente, a atuação policial.

2. Enquadramento teórico

2.1 Fatores que influenciam a opinião pública relativamente à atuação policial

2.1.1 A Etnicidade

Nos estudos sobre a relação entre a população e as autoridades policiais a etnicidade tem assumido destaque, já que os dados dão conta de práticas discriminatórias para com os imigrantes, os estrangeiros e as minorias étnicas. Neste sentido, não é de todo surpreendente que os referidos grupos tenham uma opinião mais negativa em relação à atuação policial (Weitzer & Tuch, 1999; Tyler & Huo, 2002; Davis & Miller, 2002; Weitzer & Tuch, 2005). Por exemplo, num estudo norte-americano, Webb e Marshall (1995) descobriram que os latinos e os negros tinham menos probabilidade do que os brancos em concordar com declarações positivas sobre as características pessoais e profissionais dos policiais. No mesmo sentido, Jefferson e Walker (1993) relataram que dois terços das pessoas que entrevistaram consideram que a polícia discrimina os indivíduos que não sejam caucasianos.

Estes estudos são importantes pois mostram que a etnicidade é um dos preditores mais fortes na formação das atitudes em relação à polícia e às instituições de justiça criminal (Huebner, Bynum & Schafer, 2004; Weitzer & Tuch, 2005).

No entanto, ver a etnicidade como a única força que molda as atitudes em relação à polícia é redutor, pois há estudos que mostram a existência de outros fatores, como iremos ver de seguida.

2.1.2 O Contexto

Foram encontradas variações na avaliação dos serviços prestados pela polícia, tanto entre comunidades, como no interior das mesmas (Thurman & Reising, 1996; Sampson & Bartusch, 1998; Reisig & Parks, 2000). Estas variações sugerem que aspetos do contexto de um bairro, como as taxas de criminalidade, a percepção do crime, a qualidade do bairro e a eficácia coletiva, ou seja, a eficácia do trabalho entre a polícia e os cidadãos, influenciam as percepções do cidadão sobre a polícia (Smith, 1986; Dunham & Alpert, 1988; Huebner, Bynum & Schafer, 2004).

Vários estudos descobriram que a satisfação com a polícia e a avaliação desta é mais baixa entre os moradores de bairros com elevadas taxas de criminalidade. Aqui, a criminalidade é percebida como elevada pelos moradores e/ou o medo do crime é alto (Parker, Onyekwuluje & Komanduri, 1995; Jesilow, Meyer & Namazzi, 1995; Sampson & Bartusch, 1998; Reisig & Parks, 2000).

Embora na literatura não se encontre unanimidade no que respeita ao impacto das condições reais ou percebidas da criminalidade do bairro, sobre as atitudes em relação à polícia, nomeadamente, em relação ao efeito do medo do crime, parece no entanto haver evidências de que tais condições têm alguma influência sobre as atitudes em relação à polícia (Brown & Benedict, 2002; Weitzer & Tuch, 2005). Por exemplo, Jesilow e colaboradores (1995), encontraram uma relação entre a opinião negativa dos cidadãos face à polícia e a percepção de insegurança no contexto de vizinhança, sugerindo que os bairros e as percepções associadas importam na formação de atitudes e percepções do cidadão em relação à polícia.

Por outro lado, os contextos mais criminógenos são também aqueles que mais são alvo de escrutínio policial, pelo que importa refletir sobre o papel das experiências pessoais de contacto com as autoridades policiais na formação das atitudes em relação à atuação policial.

2.1.3 O Contacto com a polícia

Existem muitos estudos que sugerem que a falta de confiança na polícia entre as minorias é atribuível, em parte, à diferença experiencial com a polícia (Feagin, 1971; Reisig & Parks, 2000; Egharevba, 2004). As minorias étnicas têm mais probabilidade de terem contactos involuntários e desagradáveis com a polícia, e esses contactos influenciarem as suas perceções sobre as autoridades policiais (Feagin, 1971; Davis & Miller, 2002). Por exemplo Campbell & Schuman (1972) constataram que nos Estados Unidos os negros revelavam atitudes mais negativas relativamente à atuação policial, devido a experienciarem mais linguagem insultuosa e brutalidade por parte da polícia do que os brancos (Davis & Miller, 2002).

Embora a natureza (voluntário vs involuntário) (Cheurprakobkit, 2000) e a frequência de contacto com a polícia (Carter, 1985) sejam questões importantes a considerar, a satisfação do cidadão com os contactos da polícia foi considerada como sendo uma chave na formação das perceções em relação à polícia.

Os cidadãos que relatam baixos níveis de satisfação com os contactos em relação à polícia tendem a expressar perceções e opiniões menos favoráveis sobre esta (Smith & Hawkins, 1973; Wortley, Hagan & Macmillan, 1997; Weitzer & Tuch, 1997, Weitzer & Tuch, 2005). Quando a polícia trata as pessoas de maneira desrespeitadora, brusca ou injusta, esse tipo de experiência contribui não só para as avaliações do encontro imediato, mas também para a opinião geral sobre a polícia (Tyler & Huo, 2002; Tyler 2006).

Por outro lado, algumas pessoas têm uma visão negativa em relação à polícia apesar de não terem contacto com os oficiais. Por exemplo, há mais pessoas a acreditar que a polícia abusa verbal e fisicamente dos cidadãos do que o número que conta uma experiência pessoal dessas ações (Weitzer & Tuch, 2005). De facto, a maioria dos indivíduos raramente interage com a polícia (Bureau of Justice Statistics, 2001), sugerindo que os seus pontos de vista em relação à polícia são moldados em grande parte, por outros fatores para além dos contactos pessoais. Um desses fatores é o conhecimento de encontros de uma pessoa ou de outras pessoas com a polícia. Tais informações podem ser internalizadas ou indiretamente experimentadas por um indivíduo e pode, por sua vez ser comunicada a outros amigos, familiares, conhecidos ou vizinhos, ampliando o efeito de experiência inicial

(Weitzer & Tuch, 2005). Outro aspeto que aponta para a existência de outros fatores mediadores da relação entre a experiência pessoal com a polícia e o posicionamento em relação à atuação policial revela-se nos estudos que dão conta de indivíduos que embora avaliem de forma positiva as suas experiências pessoais de contacto com a polícia adotam uma visão muito crítica em relação à atuação policial (Brandl et al., 1994; Reisig & Parks, 2000). Verifica-se, deste modo, que tais experiências muitas vezes não alteram as opiniões prévias dos indivíduos sobre as autoridades policiais.

2.1.4 A eficácia da polícia no controlo da criminalidade

Muitas pessoas avaliam a polícia, em termos da *performance*, ou desempenho percebido no que diz respeito à luta contra a criminalidade, uma vez que os cidadãos consideram que o controlo da criminalidade é uma das principais funções dos oficiais de justiça (Ren, Cao, Lovrich & Gaffney, 2005; Weitzer & Tuch, 2005; Skogan, 2009).

Se o trabalho da polícia numa determinada cidade é visto como um mau trabalho no que diz respeito ao lidarem com o crime, essa percepção vai influenciar negativamente a opinião e a satisfação dos cidadãos em relação ao trabalho da polícia (Reisig & Parks, 2000; Weitzer & Tuch, 2005; Xu, Fiedler, & Flaming, 2005).

2.1.5 Os mass media

A percepção dos cidadãos em relação à polícia pode, também, ser influenciada pelos relatos dos *media* sobre as ações da polícia, por representações televisivas dramatizadas sobre o policiamento ou por outros tipos de programas. No entanto, os investigadores têm dado pouca atenção à influência dos *media* sobre as opiniões dos cidadãos em relação à polícia (Weitzer & Tuch, 2005).

Os estudos existentes sugerem que os *media* podem influenciar a opinião pública relativa à atuação policial tanto no sentido favorável como desfavorável. Por um lado, a investigação sugere que assistir a *reality shows* sobre polícias (por exemplo, o COPS), aumenta a satisfação dos espectadores em relação à polícia, embora este efeito seja mais vezes encontrado nos brancos, do que nos negros (Eschholz, Blackwell, Gertz & Chiricos, 2002). Estes programas, normalmente apresentam a polícia e o seu trabalho de uma forma simpática e positiva, mesmo quando os polícias agem de forma agressiva contra os cidadãos, estes comportamentos são sempre justificados (Doyle, 1998; Eschholz, Blackwell, Gertz & Chiricos, 2002).

Do lado negativo, encontram-se as notícias em que os *media* relatam o comportamento questionável dos polícias (Lawrence, 2000). Alguns estudos descobriram que a atitude em relação à polícia parece ser influenciada pela cobertura dos *media* de casos de má conduta policial. Por exemplo, as perceções negativas sobre a polícia aumentam durante ou imediatamente após notícias de brutalidade por parte destes (por exemplo, o caso de Rodney King), escândalos de corrupção da polícia ou outros tipos de abusos (Lasley, 1994; Weitzer & Tuch, 1997; Kaminski & Jefferis, 1998; Weitzer, 2002).

2.2 O Policiamento Comunitário

A visão das minorias étnicas em relação à polícia tem implicações importantes para o policiamento, em particular nas relações polícia-comunidade. As imagens positivas da polícia incentivam a cooperação entre comunidades, o que é fundamental para controlar o crime e manter a ordem na sociedade multiétnica e multicultural de hoje (Wu, Sun & Smith, 2011). A polícia, em muitos casos, ainda tem que desenvolver as capacidades para se relacionar com a diversidade e superar os seus próprios preconceitos para melhor atender às minorias étnicas (Casey, 2000).

Numa tentativa de responder a estas dificuldades surgiu, nos últimos anos, o policiamento comunitário, que tem feito grandes avanços de modo a substituir os métodos tradicionais de policiamento (Rosenbaum & Lurigio, 1994).

Os defensores do policiamento comunitário consideram que se trata da melhor forma de policiamento disponível para quem procura melhorar as operações policiais, assim como as relações da polícia com os cidadãos (Eck e Rosenbaum, 1994). Contrastando com o modelo tradicional, o policiamento comunitário ressalta a importância do envolvimento direto dos policiais com os cidadãos, bem como, as respostas flexíveis ao crime e à desordem do bairro (Davis & Miller, 2002). Através de uma relação colaborativa e de proximidade com os cidadãos, procura-se resolver os problemas que vão aparecendo antes de estes se tornarem em incidentes mais graves. Para isto, é necessário que haja uma descentralização dos policiais e que estes voltem para às ruas (Davis & Miller, 2002).

Em suma, o policiamento comunitário exige uma mudança na filosofia fundamental do policiamento: de uma orientação de esquadrão de patrulha para uma orientação de patrulha a pé; de uma resposta reativa aos incidentes para uma resposta proativa aos incidentes; e uma maior responsabilização por parte da polícia (Uchida & Forst, 1994, cit. in Davis & Miller, 2002).

O policiamento comunitário é visto por alguns autores, como particularmente importante para a melhoria das relações entre a polícia e as minorias étnicas. Este tem sido descrito como uma forma de capacitar certos segmentos minoritários das comunidades, recolhendo as necessidades e as preocupações de todos os grupos que de outra forma sentem que ninguém os está a ouvir (Trojanowicz & Bucqueroux, 1990 cit. in Davis & Miller, 2002).

Avaliações precoces encontram fortes indícios de que o policiamento comunitário pode ter efeitos positivos nas percepções em relação à polícia, ao combate do crime e ao medo do crime, em relação aos métodos tradicionais (Davis & Miller, 2002).

Skogan (1990), com os resultados das avaliações sobre o policiamento comunitário em Houston e Newark, descobriu que em ambas as comunidades, as percepções dos cidadãos em relação ao desempenho da polícia, onde se tinha implementado o policiamento comunitário, eram mais positivas do que onde não se tinha adotado este tipo de policiamento (Davis & Miller, 2002).

O mesmo autor supracitado, em conjunto com os seus colaboradores estudou a implementação do policiamento comunitário em Chicago durante sete anos. Eles descobriram que houve mudanças positivas e significativas na satisfação com a polícia em quatro áreas: no comportamento da polícia, na capacidade de resposta

por parte da polícia, no desempenho da polícia e na percepção das condições do bairro (Skogan et al., 2000).

Relativamente aos problemas das drogas e dos *gangs*, que eram as maiores preocupações dos residentes, verificaram uma diminuição, assim como, nos índices da desordem social, a criminalidade de rua, os crimes contra a propriedade, e a decadência física (Skogan et al., 2000).

Além do policiamento comunitário, outros autores propõem outras alternativas para que a relação entre a polícia e as minorias étnicas se caracterize por ser uma boa relação. Numa tentativa de encontrar respostas mais favoráveis para lidar com as tensões, conflitos ou com a discriminação das minorias étnicas, Daniell (2001) desenvolveu uma investigação na Austrália cujos resultados sugerem que a única maneira de evitar tais tensões ou conflitos é existir um foco maior na premissa de “justiça social”, ou seja, na igualdade de direitos para todos os cidadãos (Egharevba & White, 2007). Para tal ser possível é necessário desenvolver uma consciência e uma compreensão desses direitos e dos seus benefícios, que têm de ser iguais para todos os grupos étnicos de modo a evitar a discriminação. Deste modo, o respeito pela igualdade na atuação policial não será possível se não forem tomadas certas ações estratégicas para educar tanto as próprias minorias étnicas como as autoridades policiais sobre o que é a diversidade cultural (Daniell, 2001 cit. in Egharevba & White, 2007).

3. Método

Este estudo insere-se num projeto de investigação centrado na atuação policial junto das minorias étnicas. Pretende-se aceder, por um lado, às atitudes e representações dos agentes policiais face aos estrangeiros e minorias étnicas e, por outro, às atitudes e representações dos estrangeiros e minorias étnicas face aos agentes policiais e à sua atuação. Neste estudo centrámo-nos na perspetiva dos estrangeiros e minorias étnicas, analisando as suas atitudes e representações face aos polícias e à sua atuação com os seguintes objetivos específicos: a) Aferir

possíveis práticas legais discriminatórias; b) Compreender as representações e atitudes dos estrangeiros e minorias étnicas face aos polícias e à sua atuação.

Tendo em conta os objetivos específicos do estudo, optámos por utilizar uma abordagem metodológica qualitativa, que permite uma análise holística e indutiva das construções ideográficas dos próprios atores sociais (Almeida & Freire, 2008).

Dado que o acesso a este tipo de populações é difícil e dada a escassez de estudos portugueses nesta área, orientámos o nosso estudo por uma lógica indutiva, dando primazia a experiência subjetiva dos sujeitos como fonte do conhecimento, seguindo os pressupostos da *grounded theory*, de desenvolvimento da teoria no decorrer da própria investigação, através de uma relação dinâmica e contínua entre a análise e a recolha dos dados (Strauss & Corbin, 1994, p. 273; Almeida & Freire, 2008, p. 110).

3.1 Participantes

Os oito participantes que integram este estudo foram imigrantes, considerados como “peritos experienciais” já que se tratam de indivíduos estrangeiros e/ou pertencentes a minorias étnicas residentes em Portugal. Assim a seleção destes oito participantes foi através de um processo de amostragem teórica, na qual o critério para a seleção da amostra não é o número/representatividade estatística dos participantes mas o grau de conhecimento acerca do objeto em estudo (Ribeiro, 2009). A nossa amostra foi-se definindo ao longo da análise e não selecionada na íntegra previamente. Na prática, foi-se diferenciando de acordo com as questões e ideias que iam surgindo durante a recolha de dados, não se tratando de uma amostra representativa das características dos participantes mas uma amostra relevante para o fenómeno em estudo (Strauss & Corbin, 1994).

A Tabela 1 sumariza os dados sociodemográficos e as designações atribuídas para cada um dos participantes. Como verificamos, estes pertencem a diferentes tipos de imigrantes/minorias étnicas a viverem em Portugal (i.e., Brasileiros, Africanos, Ucrrianos, Sul-americanos). Relativamente ao nível educacional, 1 participante tem o mestrado, 2 participantes são licenciados, 2 detêm o ensino secundário e 3 possuem o ensino básico (3ºciclo). A idade dos

participantes encontra-se numa faixa etária que se estende entre os 26 e os 59 anos.

Tabela 1. Caraterização dos Dados Sociodemográficos dos Participantes

Participante	Idade	País	Nível Educacional	
E1	42	Brasil	Licenciatura	
E2	59	Brasil	Ensino (3ºciclo)	Básico
E3	26	Cabo-Verde	Ensino (3ºciclo)	Básico
E4	47	Canadá	Ensino Secundário	
E5	28	Venezuela	Licenciatura	
E6	43	Angola	Ensino (3ºciclo)	Básico
E7	38	Nigéria	Mestrado	
E8	41	Ucrânia	Ensino (3ºciclo)	Básico

O facto de termos recorrido a estrangeiros e/ou minorias étnicas de diferentes nacionalidades foi um aspeto intencional, pois o nosso objetivo era o de conseguirmos ter uma amostra diferenciada, de modo a que a informação recolhida tivesse em conta as diferentes atitudes e perceções consoante as nacionalidades.

Como critérios de inclusão, definiu-se pessoas do sexo masculino e femininos adultos entre os 18 anos e os 65 anos, pertencentes a minorias étnicas ou estrangeiros residentes em Portugal. Deste modo, como critérios de exclusão, definiu-se crianças pertencentes às minorias étnicas ou estrangeiras.

3.2 Instrumento

O instrumento utilizado neste estudo privilegiou a recolha de dados qualitativos. Para isso foi construído um guião de entrevista, com o objetivo de ao realizarmos a entrevista semiestruturada conseguirmos aceder à compreensão da

experiência dos entrevistados, dando liberdade a estes de explorarem e refletirem sobre as temáticas (Seidman, 1991, cit.in Ribeiro, 2009).

O guião de entrevista de forma a ser completo, contempla diferentes secções, que permitiu uma exploração flexível de dimensões pertinentes para a compreensão das atitudes e representações dos imigrantes face a polícia e à sua atuação, como perceber se existe discriminação em Portugal face aos imigrantes; perceber quais são os contextos de discriminação; perceber qual é a opinião dos imigrantes em relação ao trabalho da polícia; e por último perceber se existe discriminação por parte da polícia face aos imigrantes e quais os grupos que são discriminados.

3.3 Procedimentos de recolha de Dados

As entrevistas aos oito participantes foram realizadas entre Março e Maio de 2015. Tivemos em consideração a barreira linguística durante a entrevista, tomando o cuidado de pausar o discurso e reformular perguntas quando assim era necessário para garantirmos a compreensão das mesmas. Houve, ainda, a necessidade de adotarmos a língua inglesa em algumas entrevistas devido à incapacidade dos entrevistados falarem português.

De acordo com os princípios éticos e deontológicos que devem orientar este tipo de investigação, foi pedida autorização ao Centro São Cirilo, para realizarmos as entrevistas neste Centro e para a utilização dos materiais de recolha de dados.

Antes do início das entrevistas os participantes foram informados dos objetivos do estudo, dos seus procedimentos, da forma como será feita a divulgação dos resultados e da possibilidade de desistirem a qualquer momento, de modo a obtermos os consentimentos informados que garantem a participação voluntária dos mesmos.

Posteriormente, à recolha do consentimento informado foi pedida autorização aos entrevistados para a gravação das entrevistas e para divulgação dos dados, explicando que a confidencialidade é garantida e que poderão ter acesso aos resultados finais do estudo.

3.4 Procedimento de tratamento de dados

As entrevistas realizadas foram gravadas em áudio, e posteriormente o material recolhido foi integralmente transcrito para *word*.

Para o procedimento de análise dos dados, seleccionámos a análise de conteúdo que é entendida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que tem como intuito, obter através de procedimentos sistemáticos e objetivos o conteúdo das mensagens” (Bardin, 1979, p. 42).

Obedecendo às etapas da análise de conteúdo, começamos por fazer a codificação dos dados brutos do texto para que através de enumerações, recortes ou agregações, seja possível percebermos as características do texto (Bardin, 1979, p. 103).

O material codificado foi inserido num sistema de categorias, sendo que inicialmente as categorias identificadas estavam próximas das representações e linguagem dos entrevistados, chegando-se depois a categorias mais conceptuais, para uma leitura teórica - codificação axial (Saldaña, 2009). Respeitámos ainda o princípio da “codificação aberta”, as unidades de registo foram catalogadas no máximo de categorias possível (Rennie, Phillips & Quartaro, 1988, cit. in Matos, 2008, p. 190).

Para facilitar o processo de tratamento de dados e respondermos às nossas questões de investigação, utilizamos o *software* informático Nvivo 10.

A par de todo o processo de tratamento de dados, assegurou-se a fidelidade e qualidade dos mesmos, tendo em conta que desempenham um papel fundamental que é dependente da sua sensibilidade, integridade e conhecimento.

4. Análise e Descrição dos Resultados

Nesta secção, serão apresentados os principais resultados das entrevistas realizadas aos participantes deste estudo, organizados segundo as principais categorias que emergiram da análise das suas narrativas pessoais, de modo a

responder às nossas questões de investigação, “Quais são as atitudes e representações dos estrangeiros e minorias étnicas em relação à polícia e à sua atuação?” e “Quais são as práticas legais discriminatórias da polícia face aos estrangeiros e minorias étnicas?”.

4.1 *Acha que os imigrantes são alvo de discriminação em Portugal?*

Num primeiro momento da entrevista, interrogámos os participantes se eles sentem que os imigrantes são *discriminados pela população Portuguesa*. Sete participantes dizem que de uma forma geral os imigrantes são discriminados pela população portuguesa e um dos participantes não respondeu a esta pergunta (“*Sim são, muitas vezes.*” – E3).

De acordo com os participantes, esta discriminação acontece de modo distinto para os diferentes grupos de imigrantes. Em termos de origem geográfica, os grupos mais referenciados pelos participantes como sendo alvo de discriminação em Portugal foram os *imigrantes de Leste* (n=5) (“*Mas acho que principalmente os romenos, os ucranianos, acho que são raças que são bastante discriminadas.*” – E6) seguido dos *Brasileiros* (n=3) (“*(...) olha amiga não vão arrendar quarto a você porque eu sou brasileira.*” – E5). Quatro participantes referiram serem os negros, aqueles que mais são alvo de discriminação no nosso país (*Olha, eu não vou dizer assim todos, entendeu...Mas, a raça negra sim.*” – E2).

No sentido contrário, um participante referiu considerar que os brasileiros não são tão discriminados como os outros grupos (“*Eu penso que Portugal valoriza mais os brasileiros do que os africanos ou como eu, qualquer coisa assim.*” – E4); outro participante referiu os imigrantes chineses como sendo o grupo menos discriminado (“*Agora, os chineses para mim não (...) Mas nós, acho que não há discriminação, no geral porque as pessoas aderem muito às lojas deles.*” – E6). Estes resultados vão ao encontro de vários estudos realizados em Portugal sobre os imigrantes e as minorias étnicas (Rosário, Santos & Lima, 2011; Rodrigues, Estevão, Mapril & Afonso, 2013; Oliveira & Gomes, 2014) que nos dizem que de uma forma geral os imigrantes são alvo de discriminação e que os imigrantes de Leste (especialmente os Ucranianos) e os Brasileiros são os mais afetados.

Quando questionados sobre os *motivos para* a existência de discriminação em Portugal, os participantes mencionam: a *idade* (n=1) associada a uma mentalidade mais retrógrada que faz com que as pessoas mais velhas “*não compreendem que parte do câmbio social, que parte da evolução de um país está nisso em provar coisas novas (...) mistura de gente distinta*”; e a *falta de educação* por parte da população portuguesa (n=1) (“*Os Portugueses que discriminam ou usam más palavras não são Portugueses com estudos*” – E7).

Quando interrogados sobre os *motivos* para as suas experiências pessoais de discriminação perpetradas pela população portuguesa, os entrevistados apontam: a *guerra colonial* (n=1) (“*(...)ai eu se pudesse te matava (...) você é angolano né? Eu falei “não eu sou brasileiro. Aí ele já começou a conversar comigo*”. –E2); o *medo* que os portugueses têm de que estes possam ficar com o emprego existente (n=1) (“*ela vai vir para roubar o meu trabalho, mas não era*”. – E5); o *facto de se ser imigrante ou estrangeiro* (n=2) (“*Porque tu vês, se fores perguntar por um emprego, tu vais ver eles a dizer ah estrangeira, estrangeira.*” – E4); o *facto de não falarem português* (n=2) (“*eles tinham um problema que o meu português não fosse perfeito (...) mas se tu queres uma pessoa que fale inglês e ensine inglês às crianças, porque queres saber se o meu português é perfeito ou não?*”. – E4); e a “*raça negra*” (n=3) (“*Olha tem um preto ali fazendo inscrição, não sei para quê*”. – E2).

De acordo com os resultados, parece ser possível concluirmos que a “*cor da pele*” acaba por ser o atributo principal que os participantes indicam para que haja discriminação direcionada aos imigrantes. Uma explicação possível para este dado, pode estar relacionado com o facto de que dois dos participantes que mencionam este motivo serem de origem africana. Este resultado também vai de encontro às evidências da literatura, que revela que os negros tendem a ser mais discriminados que os brancos, com o critério de discriminação a prender-se com “*a cor da pele*” mais do que com a origem geográfica (Weitzer & Tuch, 1999; Tyler & Huo, 2002).

Quando questionados relativamente aos *locais onde ocorre a discriminação* face aos imigrantes pela população portuguesa, os participantes referem: no *metro* (n=1) e nos *serviços públicos portugueses* (n=2).

Os *serviços públicos portugueses*, foram o local que os entrevistados apontaram como mais discriminatório para os imigrantes (“*Nomeadamente, nas entidades públicas, tipo nos serviços de segurança social esses sítios assim*”. – E3).

Relativamente aos *locais* onde os participantes experienciaram situações de discriminação foram referidos: a *escola* (n=1) (“*Mas assim, eu, ali na escola, um bocadito ao princípio (...) era a pretinha da escola.*” – E6); na *procura de um trabalho* (n=3), (“*Sim? E isto, “no, mas preciso pessoa que fala mais melhor portuguese”, e eu tipo ok! Xau!*”. – E4); a *rua* (n=4) (“*às vezes tem lugar que eu passo assim (...) Tem criancinha assim pequenininha eh ali o preto sabe? Eh ali o preto.*” – E2); os *serviços públicos portugueses* (n=1) (“*eu tive uma entrevista com uma pessoa da segurança social... quando eu cheguei lá, ela falou então... “o trabalho que você está fazendo é um pouco assim ruim ne?” (...) como eu sou negro ela estava pensando que eu estava num latão de lixo*” – E2); o *supermercado* (n=1) (“*Porque se há uma política que tem que se mostrar a saca, tem que ser para todos.*” – E3); as *entidades de ajuda aos imigrantes* (n=1) (“*Eu vivo aqui no centro (...)Eu sinto-me discriminada aqui, quando ouço as pessoas portuguesas que vivem aqui dizer algo do tipo “Porquê que esta pessoa grega vive aqui?”.*” – E4); e os *transportes públicos* (n=3) (“*Uma vez, dentro do autocarro... e falou assim para outro que estava conversando com ele “esses pretos vêm la do país deles, não sei o que eles querem aqui.*” – E2).

Deste modo, parece ser possível concluir que globalmente os participantes consideram que o local onde os imigrantes são mais discriminados pela população portuguesa é a rua, os transportes públicos e o contexto laboral. Estes resultados vêm confirmar a ideia presente nos estudos de Rodrigues et al. (2013) e Oliveira & Gomes (2014) de que em Portugal os imigrantes sentem-se mais vezes discriminados no trabalho ou nas entrevistas de emprego.

4.2 Acha que os imigrantes são alvo de discriminação por parte da polícia Portuguesa?

A maioria dos participantes (n=5), quando questionados sobre a existência de discriminação por parte da polícia em relação aos imigrantes, responde afirmativamente.

No decorrer da entrevista, os participantes foram referindo os diferentes *tipos de polícia* que, nas suas opiniões, discriminam os imigrantes. Assim estes apontaram: os *guardas prisionais* (n=1) (“*Este guarda específico tinha(...) mas sim ela com os estrangeiros, ela era muito má.*” – E4), a *polícia que trabalha mais na rua* (n=3) (“*basta verem um grupinho que seja de cor (...) chegam e dizem dispersam, não andam juntos, mas se já for um grupo daqui, que por vezes fazem coisas piores nem aproximam deles, porque são daqui.*” – E3), a *polícia que está mais nas esquadras* (n=1) e a *polícia de uma forma geral* (n= 3), não especificando o tipo de polícia a que se estão a referir.

Quando questionados acerca da discriminação da polícia tendo em conta os diferentes *tipos de grupos de imigrantes*, os participantes mencionam: os *imigrantes no geral* (n=4) e os imigrantes da “*raça negra*” (n=3) (“ (...) *é o poder e muitas vezes a gente vê mesmo aí quando tem as tal das rusgas que eles fazem (...) quando é uma pessoa de cor chega com mais violência.*” – E2).

Nas entrevistas realizadas, surgiram dos relatos dos participantes os *motivos que levam a polícia a discriminar os imigrantes*, sendo que estes apontaram, a *idade dos polícias* como um fator que pode contribuir para que essa discriminação exista (n=1) (“ (...) *os polícias que são mais velhos tem uma mentalidade mais fechada, considero que uns 10% (...) Pode acontecer*” – E5) e o facto de se ser *imigrante ou estrangeiro* (“*os guardas prisionais em geral recusam-se a falar inglês com os estrangeiros.*” – E4).

Das experiências pessoais de discriminação, dois participantes relatam experiências de discriminação no seu quotidiano, com polícias de rua (“*Mal chega uma pessoa de cor, no meu caso, mal chegue também eu, a um minipreço (...) se tiver na loja 10 minutos, o polícia os 10 minutos que estou na loja, todos os meus passos ele faz completamente igual aos meus passos.*” – E3), um participante menciona ter sido alvo de discriminação por parte das autoridades em contexto prisional (“*este guarda específico tinha um problema comigo e (...) eu nunca fui punida por nada, e, mas sim ela com os estrangeiros, ela era muito má mas comigo era um pouco mais.*” – E4) e outro participante refere os polícias nos aeroportos (“*Não faço parte desse meio, acabo levando de bandeja, porque quando a gente chega no aeroporto... ah tu é brasileira, que é que tu veio fazer aqui*” – E1).

Relativamente aos *motivos* para que a polícia tenha discriminado os participantes, estes apontam o facto de se ser *imigrante ou estrangeiro* (n=1)

(“(...)Os guardas prisionais em geral recusam-se a falar inglês com os estrangeiros (...) não só comigo, e isso é muito mau porque as prisões são internacionais”. – E4) e a raça negra (n=2), como o motivo mais forte para essa discriminação.

Estes resultados corroboram os estudos realizados sobre a discriminação da polícia face aos imigrantes, que partilham a ideia de que a polícia tende a discriminar os imigrantes, em particular os pertencentes a minorias étnicas, sendo que a “cor da pele surge também nestes estudos, tal como nos centrados na discriminação por parte da população em geral, como sendo uma variável mais preponderante do que a origem geográfica em si (Benyon, 1986; Glantz, 1996; Harris, 1997; Davis & Miller, 2002; Oliveira & Gomes, 2014).

Relativamente ao tipo de polícia que mais discrimina os imigrantes, os participantes referem que é a polícia que trabalha mais na rua. Uma explicação possível para esta polícia de serviço externo se, distinguir em relação aos outros, pode derivar do facto de que são estas polícias que podem ter mais contacto com os imigrantes, podendo resultar daí mais contactos negativos, possibilitando que as opiniões e as percepções destes sejam influenciadas quando surgem temáticas como a discriminação.

No sentido oposto, dois participantes mencionam que não existe discriminação por parte da polícia em relação aos imigrantes. Um participante especifica em relação à polícia que trabalha mais na rua, (“Na rua, nunca vi, nunca vi(..)Vi essa situação, mas acho que não.” – E6) e o outro participante refere-se à polícia que trabalha mais na esquadra, o entrevistado menciona (“porque eu hoje fui a polícia(...)polícia é que acha, não tem interesse ou Portugal, ou ucraniano, ou moldavo, polícia esta tudo igual”. – E8)

4.3 Contacto com a polícia e trabalho da polícia

Relativamente aos contactos com a polícia, a totalidade dos participantes (n=8) afirmam ter tido contactos com esta. Quando questionados sobre se estes encontros foram *positivos* ou *negativos*, os participantes fizeram uma distinção consoante os diferentes tipos de polícia.

De acordo com os relatos dos participantes, cinco participantes avaliaram os seus contactos como *positivos*, sendo a distribuição pelos diferentes tipos de polícia a seguinte: *polícias na rua* (n=3) (“*Sim, eles trataram bem, eles trataram bem*”. – E5); *polícias na esquadra* (n=3) (“*Eu fui super bem tratada na esquadra*” – E4); *polícia no geral* (n=2); e *polícia dos aeroportos* (n=1) (“(...) o polícia que me prendeu no aeroporto (...) os polícias que me prenderam em Lisboa realmente trataram bem muito, muito bem.” – E4)

Por outro lado, nos contactos que foram avaliados como *negativos* tivemos três participantes, que mencionaram a polícia na rua (n=2) e os guardas prisionais (n=1) (“(...) *este guarda específico tinha um problema comigo e (...) eu nunca fui punida por nada, e, mas sim ela com os estrangeiros, ela era muito má, mas comigo era um pouco mais.*” – E4).

Quando questionados sobre o trabalho da polícia, os participantes avaliaram novamente em positivo (n=5) e negativo (n=4), e diferenciaram, novamente, pelos tipos de polícia.

Em relação ao trabalho positivo da polícia, emerge das narrativas dos participantes a referência: à *polícia que está mais nas esquadras* (n=1) (“*Olha é engraçado, quando as pessoas vai à esquadra (...) aí é diferente (...) Porque ali as pessoas confronta (...) com o comissário...Que é uma pessoa mais estudada.*” – E2), à *polícia que trabalha mais na rua* (n=2) (“*Eu vejo a polícia, eu vi na rotunda da Boavista (...) e na via Catarina e isso, e se fores, se perguntares por direcções para algum lugar eles são muito prestáveis, eles são muito educados, sim.*” – E4), e à *polícia no geral* (n=2).

No trabalho da polícia avaliado como *negativo*, os participantes fazem referência: à *polícia no geral* (n=2) (“(...) *eu acho que é o trabalho deles (...) que não é feito, bem feito ou pronto não é quase feito, porque na maioria das vezes não sabem como agir e onde e quando deve fazer.*” – E3); à *polícia que trabalha mais na rua* (n=1) (“*abusa um pouquinho do poder (...) é diferente, você pode ver, o problema às vezes mesmo da agressão, do mau tratar está é na rua (...) com aqueles polícias inferiores.*” – E2)

Os resultados obtidos de uma forma geral sugerem que quem teve contactos positivos tem opiniões favoráveis sobre a polícia e sobre a sua atuação, contrariamente aos que tiveram contactos negativos com a mesma que, se traduzem em opiniões menos favoráveis sobre a polícia e o seu respetivo trabalho. Estes

resultados apontam no mesmo sentido que a literatura, primeiro que os cidadãos que relatam baixos níveis de satisfação com os seus contactos em relação à polícia tendem a expressar perceções e opiniões menos favoráveis sobre esta (Smith & Hawkins, 1973; Wortley, Hagan & Macmillan, 1997; Weitzer & Tuch, 1997, Weitzer & Tuch, 2005), segundo que os contactos positivos com os polícias não se traduzem necessariamente em atitudes favoráveis, e por último que pessoas que tenham tido um bom encontro com a polícia podem no entanto apresentar uma visão muito crítica em relação à mesma (Brandl et al., 1994; Reisig & Parks, 2000; Weitzer & Tuch, 2005).

5. Conclusão

Perante o aumento dos fluxos migratórios que cada vez mais se intensificam em todo o Mundo (e em Portugal), é necessário perceber como é que o acolhimento dos imigrantes é realizado tanto pela população portuguesa, como pelas forças policiais, com o objetivo de que essa inclusão seja possível de uma forma justa e respeitosa.

Os relatos dos participantes referentes à população portuguesa permitem-nos concluir que existe discriminação para com os imigrantes em geral, sendo os imigrantes de Leste os que mais são alvo dessa discriminação, juntamente com os indivíduos negros (Rosário, Santos & Lima, 2011; Rodrigues et al., 2013; Oliveira & Gomes, 2014).

De facto para os participantes os imigrantes negros são mais discriminados que os brancos, e a questão de “cor da pele” assume-se como um aspeto mais determinante para a discriminação do que a origem geográfica.

Relativamente aos locais que os participantes consideram como os mais discriminatórios para os imigrantes, estes mencionam o contexto laboral, com particularidade para as entrevistas de emprego, a rua e os transportes públicos.

Centrando-nos nas conclusões relativas à polícia, os dados sugerem que para os participantes a polícia discrimina, de uma maneira geral, os imigrantes. Da mesma forma, os dados indicam que são os imigrantes negros os que mais sofrem nas mãos da polícia, seja com atos de abuso de poder, seja por situações

discriminatórias (Benyon, 1986; Glantz, 1996; Harris, 1997; Davis & Miller, 2002; Oliveira & Gomes, 2014).

Acrescente-se que os participantes fizeram uma diferenciação pelos tipos de polícia que mais discrimina os imigrantes, mencionando a polícia que executa o seu trabalho maioritariamente na rua. Sem podermos concluir com exatidão, uma explicação hipotética para este dado pode ser o facto de ser este o tipo de polícia que acaba por ter mais contacto com os cidadãos residentes no nosso país, advindo daí a possibilidade de estes encontros, quando negativos, influenciarem as perceções e opiniões quando relacionadas com o tema da discriminação.

Com este estudo podemos dizer que conseguimos responder às nossas questões de investigação, “Quais as atitudes e representações dos imigrantes face à polícia e à sua atuação” e “Quais as práticas discriminatórias da polícia face aos imigrantes”.

No desenvolvimento da investigação, surgiram algumas limitações. A primeira foi a barreira linguística, que dificultou o nosso trabalho durante a recolha de dados, podendo influenciar a fluência do discurso entre o entrevistador e o entrevistado. A segunda foi tempo de recolha e de análise dos dados que se mostrou limitado, teria sido mais benéfico termos tido mais tempo, o que poderia possibilitar a hipótese de conclusões e dados mais robustos. Por último, a escassez de bibliografia que explore as atitudes e representações dos imigrantes sobre a polícia portuguesa e sobre o seu trabalho, o que, por outro lado, justifica a pertinência do nosso estudo.

Em estudos futuros, talvez fosse importante explorar mais aprofundadamente as atitudes e as representações dos imigrantes face à polícia e à sua atuação com o objetivo de desenvolver mais o conhecimento sobre esta temática.

Seria também pertinente explorar as atitudes e as representações da população portuguesa sobre a polícia e sobre o seu trabalho, de forma a se poder comparar os resultados com os dos imigrantes, e perceber se existem desigualdades ou semelhanças nos serviços prestados pela polícia.

As implicações práticas deste estudo prendem-se com o facto de cada vez mais ser necessário sensibilizar tanto a polícia como a população em relação aos imigrantes.

Referências Bibliográficas

Almeida, L. S. & Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação* (5th ed.). Braga: Psiquilíbrios.

Ammar, H.N., Orloff, E.L., Dutton, A.M. & Aguilar-Hass, G. (2005). Calls to police and police response: A case study of Latina immigrants women in the USA. *International Journal of Police Science and Management*, 7(4), 230-244.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Benyon, J. (1986). *A Tale of Failure: Race and Policing*. Coventry: University of Warwick, Centre for Research in Ethnic Relations.

Brandl, S. G., Frank, J., Worden, R. E. & Bynum, T. S. (1994). Global and specific attitudes toward the police: disentangling the relationship. *Justice Quarterly*, 11(1), 119-134.

Brown, B. & Benedict, W.R. (2002). Perceptions of the police: Past findings, methodological issues, conceptual issues and police implications. *Policing*, 25(3), 543-580.

Carter, D. L. (1985). Hispanic perception of police performance: an empirical assessment. *Journal of Criminal Justice*, 13(6), 487-500.

Casey, J. (2000). International experiences in policing multicultural societies. *International Journal of Police Science and Management*, 3(2), 165-177.

Cheurprakobkit, S. (2000). Police-citizen contact and police performance: Attitudinal differences between Hispanics and non-Hispanics. *Journal of Criminal Justice*, 28(4), 325-336.

Craen, M.V. & Skogan, W.G. (2014). Differences and similarities in the explanation of ethnic minority groups trust in the police. *European Journal of Criminology*, 1-24.

Davis, R.C. & Miller, J. (2002). Immigration and integration: Perceptions of community policing among members of six ethnic communities in Central Queens, New York City. *International Review of Victimology*, 9(2), 93-111.

Dean, D. (1980). Citizen ratings of the police: The difference contact makes. *Law & Police Quarterly*, 2(4), 445-471.

Doyle, A. (1998). "Cops": Television policing as policing reality. In M. Fishman & G. Cavender (Eds.), *Entertaining crime* (pp. 95–116). New York: Aldine De Gruyter.

Dunham, R. & Alpert, G. (1988). Neighborhood differences in attitudes toward policing: evidence for a mixed-strategy model of policing in a multi-ethnic setting. *Journal of Criminal Law & Criminology*, 79(2), 504-523.

Eck, J.E. & Rosenbaum, D.P. (1994). The new police orders: Effectiveness, equity, and efficiency in community policing. *In the challenges of community policing: Testing the promises*, Rosenbaum, D.P (Eds), Thousands Oaks, CA: Sage.

Egharevba, S. & White, J. (2007). Are Finnish police racists? A critical analysis of police cadets attitudes towards African immigrants in Finland. *International Journal of Police Science & Management*, 9(1), 14-35.

Egharevba, S. (2004). An evaluation of African immigrants perspectives on human rights in Finland. *European Journal of Migration and Law*, 6(2), 127-145.

Eschholz, S., Blackwell, B., Gertz, M. & Chiricos, T. (2002). Race and attitudes toward the police: Assessing the effects of watching "reality" police programs. *Journal of Criminal Justice*, 30(4), 327-341.

Feagin, J.R. (1971). Home defense and the police: Black and white perspectives. *American Behavioral Scientist*, 13(5), 797-814.

Glantz, C.M. (1996). Could this be the end of the fourth amendment protections for motorists. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 87(3), 864-894.

Harris, D.A. (1997). Driving while black and all other traffic offenses: the supreme court and pretextual traffic stops. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 87(2), 544–582.

Hindelang, M.J. (1974). Public opinion regarding crime, criminal justice, and related topics. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 11(2), 101-116.

Huebner, B.M., Schafer, J.A. & Bynum, T.S. (2004). African American and white perceptions of police services: Within- and between- group variation. *Journal of Criminal Justice*, 32(2), 123-135.

Jacob, H. (1971). Black and white perceptions of justice in the city. *Law & Society Review*, 6(1), 69-90.

Jefferson, T. & Walker, M. A. (1993). Attitudes to the police of ethnic minorities in a provincial city. *The British Journal of Criminology*, 33(2), 251-266.

Jesilow, P., Meyer, J. W. & Namazzi, N. (1995). Public attitudes toward the police. *American Journal of the Police*, 14(2), 67– 88.

Kaminski, R.J. & Jefferis, E. (1998). The effect of a violent televised arrest on public perceptions of the police. *Policing*, 21(4), 683-706.

Lasley, J. (1994). The impact of the Rodney King incident on citizens attitudes toward the police. *Policing and Society*, 3(4), 245-255.

Lawrence, R.G. (2000). *The politics of force: Media and the construction of police brutality*. Berkeley: University of California Press.

Matos, R. (2008) *Vidas raras de mulheres comuns*. Coimbra: Edições Almedina.

Mucchielli, L. (2009). Autumn 2005: A Review of the most important riot in the History of French contemporary society. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 35(5), 731-751.

Oliveira, C.R. & Gomes, N. (2014). Discriminação de base racial e étnica. In ACM, IP (Eds.), *Monitorizar a integração de imigrantes em Portugal* (pp. 201-208). Lisboa: ACM, IP.

Parker, K.D., Onyekwuluje, A.B. & Komanduri, S.M. (1995). African Americans attitudes toward the local police. *Journal of Black Studies*, 25(3), 396-409.

Reisig, M.D. & Parks, R.B. (2000). Experience, quality of life, and neighborhood context: A hierarchical analysis of satisfaction with the police. *Justice Quarterly*, 17(3), 607-630.

Ren, L., Cao, L., Lovrich, N. & Gaffney, M. (2005). Linking confidence in the police with the performance of the police: Community policing can make a difference. *Journal of Criminal Justice*, 33(1), 55-66.

Ribeiro, C. (2009). *A criança na Justiça*. Coimbra: Almedina.

Rodrigues, F., Estevão, M., Mapril, J. & Afonso, C. (2013). Perceção sobre situações de discriminação em Portugal. In ACIDI (Eds.), *Diagnóstico da população imigrante em Portugal. Desafios e potencialidades* (pp. 198-214). Lisboa: ACIDI, I.P.

Rosário, E., Santos, T. & Lima, S. (2011). *Discurso do racismo em Portugal*. Lisboa: ACIDI, I.P.

Rosenbaum, D. P. & Lurigio, A. J. (1994). An inside look at Community Policing Reform: definitions, organizational changes, and evaluation findings. *Crime & Delinquency*, 40(3), 299-314.

Saldaña, J. (2009). *The Coding Manual for Qualitative Researchers*. London: Sage.

Sampson, R.J. & Bartusch, D.J. (1998). Legal cynicism and subcultural tolerance of deviance: The neighborhood context of racial differences. *Law and Society Review*, 32(4), 777-804.

Singh, D., Sherlock, M., Marcus, S. & Rabbats, H. (2012). *After the riots: The final report of the riots communities and victims panel*. London: Riots Community and Victims Panel.

Skogan, W.G. (1978). Citizen satisfaction with the police services: Individual and contextual effects. *Police Studies Journal*, 7(1), 469-479.

Skogan, W.G. (2009). Concern about crime and confidence in the police: Reassurance or accountability? *Police Quarterly*, 12(3), 301-318.

Skogan, W.G., Steiner, L., DuBois, J., Gudell, J.E., Fagan, A., Kim, J. & Block, R. (2000). Community policing in Chicago, year seven: An interim report.

Smith, D. A. (1986). The neighborhood context of Police behavior. *Crime and Justice*, 8, 313-341.

Smith, P.E. & Hawkins, R.O. (1973). Victimization, types of citizen-police contacts, and attitudes toward the police. *Law & Society Review*, 8(1), 135-152.

Strauss, A. & Corbin, J. (1994). Grounded theory methodology: an overview. In N.K. Denzin & Y.S. Lincoln (Eds). *Handbook of qualitative research* (pp. 273-285). Thousand Oaks: Sage.

Thurman, Q.C. & Reisig, M.D. (1996). Community-oriented research in an era of Community-oriented policing. *American Behavioral Scientist*, 39(5), 570-586.

Tyler, T. & Huo, Y. (2002). *Trust in the law*. New York: Russell Sage.

Tyler, T. R. (2006). *Why people obey the law*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Vrij, A. & Winkel, F.W. (1991). Encounters between the Dutch police and minorities: Testing the non-cooperation hypothesis of differential treatment. University, Amsterdam, The Netherlands.

Webb, V. J. & Marshall, C. F. (1995). The relative importance of race and ethnicity on citizen attitudes toward the police. *American Journal of Police* 14(2), 45-66.

Weitzer, R. & Tuch, S.A. (1997). Trends: Racial differences in attitudes toward the police. *The Public Opinion Quarterly*, 61(4), 642-663.

Weitzer, R. & Tuch, S.A. (1999). Race, class and perceptions of discrimination by the police. *Crime & Delinquency*, 45(4), 494-507.

Weitzer, R. & Tuch, S.A. (2005). Determinants of public satisfaction with the police. *Police Quarterly*, 8(3), 279-297.

Weitzer, R. (2002). Incidents of police misconduct and public opinion. *Journal of Criminal Justice*, 30(5), 397-408.

Wortley, S., Hagan, J. & Macmillan, R. (1997). Just deserts? The racial polarization of perceptions of criminal injustice. *Law and Society Review*, 31(4), 637-676.

Wu, Y., Sun, I.Y. & Smith, B. (2011). Race, Immigration, and Policing: Chinese Immigrants Satisfaction with Police. *Justice Quarterly*, 28(5), 746-774.

Xu, Y., Fiedler, M.L. & Flaming, K.H. (2005). Discovering the impact of community policing: The broken window thesis, collective efficacy, and citizens judgment. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 42(2), 147-186.

Anexos

Guião de Entrevista

A. Dados sociodemográficos

- Idade
- Sexo
- Nacionalidade
- Há quanto tempo está em Portugal
- Motivo da vinda para Portugal
- Habilitações literárias
- Situação Profissional

B. Questões

Considera que os imigrantes, de uma maneira geral, são discriminados em Portugal?

(explorar esta questão primeiro, em termos gerais, e depois, para os diferentes grupos de imigrantes - Africanos, Brasileiros, Leste, Asiáticos, Estrangeiros da UE e EUA).

Já alguma vez se sentiu discriminado por motivos raciais ou étnicos em Portugal?

(explorar esta questão primeiro, em termos gerais, e depois para diferentes contextos)

- a. Pelos vizinhos
- b. No local de trabalho/escola
- c. Nas compras, nos transportes públicos, na rua
- d. Na procura de habitação, nos Bancos, nas escolas dos filhos
- e. Na polícia, pelos tribunais

Qual a sua opinião sobre o trabalho da polícia em Portugal?

Considera que existe discriminação por parte da polícia relativamente a alguns indivíduos / grupos / comunidades?

Considera que os imigrantes, de uma maneira geral, são discriminados pela polícia?

(explorar em relação aos diferentes tipos de grupos de imigrantes)

Quando as vítimas de um crime vão à polícia apresentar queixa, acha que a polícia trata pior algumas pessoas por causa da raça ou grupo étnico a que pertencem, ou acha que trata todas da mesma forma?

(Se sim, consegue-me dar exemplos ou explicar-me melhor no que se baseia para dizer isso?
Se não, consegue-me dar exemplos ou explicar-me melhor no que se baseia para dizer isso?)

Durante os últimos anos alguma vez foi abordado, mandado parar ou contactado pela polícia?

(Se sim, em que medida ficou satisfeito ou insatisfeito com esse contacto? Em que medida se sentiu alvo de discriminação?)

Acha que tem que fazer o que a polícia lhe diz, mesmo que não compreenda as razões ou não concorde com elas?

(Se sim, porque que pensa assim? Desenvolva mais a sua opinião. Se não, em que se baseia para dizer isso?)

Acha que tem que fazer o que a polícia lhe diz, mesmo que não goste da forma como foi tratado? Se não, explique-me melhor, porque que acha que não? Se sim, por que acha que sim?

(Se sim, porque que pensa assim? Desenvolva mais a sua opinião. Se não, em que se baseia para dizer isso?)

Acha que as decisões e acções da polícia são influenciadas por pressões de partidos ou figuras políticas? Se sim, em que sentido? Se não, porquê?

Consentimento Informado

A investigação em relação à qual solicitamos a sua participação decorre no âmbito do Mestrado em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante da Universidade Católica Portuguesa e tem como objetivo aferir a existência de práticas discriminatórias por parte das forças policiais em Portugal. A sua participação neste estudo é completamente voluntária, podendo recusar-se a responder a todas as questões e interromper a entrevista, se o desejar. Caso autorize, a entrevista será gravada em áudio, de forma a obter o seu registo integral e a evitar perda de informação. No entanto, é garantida a confidencialidade dos dados, que servirão apenas para fins de investigação e serão tratados de forma a garantir o anonimato dos entrevistados.

Na publicação da tese de mestrado e de eventuais trabalhos de carácter científico a sua identidade ficará protegida, não sendo revelado o seu nome nem qualquer característica que o possa identificar diretamente. Para fins de tratamento de dados, apenas serão solicitados alguns dados sociodemográficos. Pode também recusar-se a prestar a totalidade dos dados sociodemográficos mencionados, se assim o entender.

Obrigada pela sua colaboração.

Eu, _____, aceito participar de livre vontade no estudo da autoria de André Martins, orientado pela Professora Doutora Mariana Barbosa (Docente da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa), o âmbito da sua dissertação de Mestrado em Psicologia, na área de Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante.

Foram-me explicados e compreendo os objetivos deste estudo que constam do protocolo de consentimento informado, assinado por mim. Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação.

Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão reflita em qualquer prejuízo para mim.

Assinatura: _____ Data: __/__/____

Sistema de Categorias

1. Discriminação por parte da polícia					
1.1. Existe					
1.1.1. Grupos de imigrantes/raça					
Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
1.1.1.1	Raça Negra	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a discriminação por parte da polícia em relação aos imigrantes de raça negra.	3	7	<i>“Sabe, é o poder e muitas vezes a gente vê mesmo aí quando tem as tal das rugas que eles fazem de vez em quando sabe, quando é uma pessoa de cor chega com mais violência sabe, um pouquinho sabe, e aí olha – E2”</i>
Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
1.1.1.2	Imigrantes no geral	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a discriminação por parte da polícia em relação aos imigrantes de uma forma geral, sem especificarem um grupo.	4	9	<i>Considera que os imigrantes de uma maneira geral são discriminados em Portugal? “Sim são, muitas vezes (...) Nomeadamente, nas entidades públicas, tipo nos serviços de segurança social esses sítios assim, ou então mesmo no metro, ou pelas forças policiais como já falas te.- E3”</i>
1.1.2 Tipos de Polícia					
Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
1.1.2.1.	Guardas Prisionais	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a discriminação por parte dos guardas prisionais em relação	1	2	<i>“Este guarda específico tinha(...) mas sim ela com os estrangeiros, ela era muito má. –</i>

		aos imigrantes			E4”
1.1.2.2	Polícias nas esquadras	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a discriminação por parte dos polícias que trabalham nas esquadras em relação aos imigrantes	1	1	“Eu acredito que provavelmente que eles não vão prestar muita atenção a um estrangeiro. – E4”
1.1.2.3	Polícia no geral	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a discriminação por parte dos polícias em geral, em relação aos imigrantes.	3	6	“Não o discriminar não é só a polícia não sabe. – E2”
1.1.2.4	Polícia nas ruas	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a discriminação por parte dos polícias que trabalham nas ruas em relação aos imigrantes.	3	7	“Exatamente, por exemplo, chegam e dizem dispersam, não andam juntos, mas se já for um grupo daqui, que por vezes fazem coisas piores nem aproximam deles, porque são daqui. –E3”

1.1.3. Motivos

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
1.1.3.1	Idade	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a idade dos polícias como um motivo para a discriminação face aos imigrantes	1	1	“(…) os polícias que são mais velhos tem uma mentalidade mais fechada, considero que uns 10% (...) pode acontecer. – E5”
1.1.3.2	Ser estrangeiro/imigrante	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para o facto de se ser imigrante ou estrangeiro como um motivo para a discriminação por parte da polícia	1	1	“os guardas prisionais em geral recusam-se a falar inglês com os estrangeiros, com os estrangeiros no geral (...) e isso é muito mau porque as prisões são

internacionais. – E4”

1.2. Não Existe

1.2.1. Grupos de imigrantes/raça

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
1.2.1.1	Imigrantes no geral	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a não existência de discriminação por parte da polícia em relação aos imigrantes de uma forma geral, sem especificarem um grupo.	2	3	<i>E acha que a polícia, a polícia aqui em Portugal, acha que a polícia rejeita ou trata mal alguém por não ser português, acha que a polícia trata pior as pessoas que não são portuguesas? “Não.”- E8</i>

1.2.2. Tipos de polícia

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
1.2.2.1	Polícia nas esquadras	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a não discriminação por parte dos polícias que trabalham nas esquadras em relação aos imigrantes	1	1	<i>(“porque eu hoje fui a polícia(...)polícia é que acha, não tem interesse ou Portugal, ou ucraniano, ou moldavo, policia esta tudo igual”. – E8</i>
1.2.2.2	Polícia nas ruas	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a não discriminação por parte dos polícias que trabalham nas ruas em relação aos imigrantes.	1	1	<i>(“Na rua, nunca vi, nunca vi(..)Vi essa situação, mas acho que não.” – E6</i>

2. Discriminação por parte da população Portuguesa

2.1. Existe

2.1.1. Grupos de imigrantes/raça

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
2.1.1.1	Raça Negra	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a discriminação por parte da população portuguesa em relação aos imigrantes de raça negra.	4	7	<i>“Olha, eu não vou dizer assim todos, entendeu (...) Mas, a raça negra sim. – E2”</i>
2.1.1.2	Imigrantes no geral	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a discriminação por parte da população portuguesa em relação aos imigrantes de uma forma geral, sem especificarem um grupo.	7	16	<i>Considera que os imigrantes de uma maneira geral são discriminados em Portugal? “Sim são, muitas vezes. – E3”</i>
2.1.1.3	Brasileiros	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a discriminação por parte da população portuguesa em relação aos imigrantes Brasileiros	3	6	<i>“Olha eu, os brasileiros um bocadinho (...)Um bocadinho, também acho que sim. – E6”</i>
2.1.1.4	Imigrantes do Leste Europeu	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a discriminação por parte da população portuguesa em relação aos imigrantes do Leste Europeu	5	6	<i>“Os ucranianos também são muito discriminados aqui, sabe. – E2”</i>

2.1.2 Locais

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
2.1.2.1.	Metro	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a discriminação dos imigrantes por parte da população portuguesa no metro	1	1	<i>“Nomeadamente, nas entidades públicas, tipo nos serviços de segurança social esses sítios assim, ou então</i>

					<i>mesmo no metro. – E3”</i>
2.1.2.2	Serviços públicos portugueses	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a discriminação dos imigrantes por parte da população portuguesa, nos serviços públicos portugueses (ex: finanças, hospitais, etc.)	2	2	<i>“(…)nas entidades públicas, tipo nos serviços de segurança social esses sítios assim. – E3”</i>
2.1.3. Motivos					
Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
2.1.3.1	Idade	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a idade dos portugueses como um motivo para a discriminação face aos imigrantes	1	4	<i>“(…) não compreendem que parte do câmbio social, que parte da evolução de um país está nisso em provar coisas novas (…) mistura de gente distinta. – E5”</i>
2.1.3.2	Sem educação	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a falta de educação dos portugueses como um motivo para a discriminação face aos imigrantes	1	5	<i>“Os Portugueses que discriminam ou usam más palavras não são Portugueses com estudos. – E7”</i>

3. Contacto com a polícia

3.1. Teve contacto

3.1.1. Bom

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
3.1.1.1	Polícia nas esquadras	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para o contacto positivo dos imigrantes com a polícia que trabalha nas esquadras	3	7	<i>“fui super bem tratada no posto na GNR – E6”</i>
3.1.1.2	Polícia no geral	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam	2	2	<i>“Nunca, tem problemas com a</i>

		para o contacto positivo dos imigrantes com a polícia de uma forma geral, sem especificar um tipo.			<i>polícia. – E8”</i>
3.1.1.3	Polícia nas ruas	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para o contacto positivo dos imigrantes com a polícia que trabalha nas ruas	3	5	<i>“Sim, eles trataram bem, eles trataram bem – E5”</i>
3.1.1.4	Polícia no aeroporto	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para o contacto positivo dos imigrantes com a polícia que trabalha nos aeroportos	1	4	<i>“(…) o polícia que me prendeu no aeroporto (…) os polícias que me prenderam em Lisboa realmente trataram bem muito, muito bem. – E4”</i>

3.1.2 Mau

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
3.1.2.1	Polícia nas ruas	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para o contacto negativo dos imigrantes com a polícia que trabalha nas ruas	2	2	<i>(...)eu acho que devia chegar de forma mais suave, com bons modos, olá boa tarde sou agente da polícia, apresentava isso tudo e depois, não “logo sou da polícia tens alguma coisa que te compromete? – E3”</i>
3.1.2.2	Guardas Prisionais	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para o contacto negativo dos imigrantes com os guardas prisionais	1	4	<i>“(…) este guarda especificamente tinha um problema comigo e (...) eu nunca fui punida por nada, e, mas sim ela com os estrangeiros, ela era muito má, mas comigo era mais um bocadinho mais. – E4”</i>

4. Experiência pessoal de discriminação

4.1. Experiência pessoal de discriminação por parte da polícia

4.1.1. Teve

4.1.1.1. Tipos de Polícia

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
4.1.1.1.1	Guardas Prisionais	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de discriminação por parte dos guardas prisionais	1	1	<i>“(…)este guarda específico tinha um problema comigo e (...) Eu nunca fui punida por nada, e sim ela estava com os estrangeiros, era muito má mas comigo era um pouco mais. – E4”</i>
4.1.1.1.2	Polícia nas ruas	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de discriminação por parte da polícia que trabalha na rua	2	3	<i>“Mal chega uma pessoa de cor, no meu caso, mal chegue também eu, a um minipreço (...) se tiver na loja 10 minutos, o polícia os 10 minutos que estou na loja, todos os meus passos ele faz completamente igual aos meus passos. – E3”</i>
4.1.1.1.3	Polícia no aeroporto	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de discriminação por parte da polícia que trabalha nos aeroportos.	1	1	<i>“Não faço parte desse meio, acabo levando de bandeja, porque quando a gente chega no aeroporto... ah tu é brasileira, que é que tu veio fazer aqui – E1”</i>

4.1.1.2 Motivos

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
4.1.1.2.1.	Raça Negra	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para o facto de se ser imigrante de raça negra como um motivo para a	2	3	<i>“Por exemplo, se estivermos a vir no metro, na estação do metro, se tiver ai uma pessoa de cor e uma pessoa</i>

		experiência pessoal de discriminação por parte da polícia			<i>daqui, nacionalidade daqui, não vejam aquela pessoa – E3”</i>
4.1.1.2.2	Ser estrangeiro/imigrante	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para o facto de se ser imigrante ou estrangeiro como um motivo para a experiência pessoal de discriminação por parte da polícia	1	1	<i>“Os guardas da prisão em geral recusam-se a falar inglês com os estrangeiros (...) não só comigo, e isso é muito mau porque as prisões são internacionais. – E4”</i>
4.1.2. Não Teve					
4.1.2.1. Tipos de polícia					
4.1.2.1.1	Polícia nas esquadras	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de discriminação por parte da polícia que trabalha nas esquadras	2	2	<i>“Bom, no meu caso, já não sei, porque eu já tive um caso em que fui à polícia e não notei que fui tratado de forma diferente – E3”</i>
4.1.2.1.2	Polícia no geral	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de discriminação por parte da polícia em geral.	1	1	<i>“(…) a discriminação eu acho que esta no meio(...) Parte já no lado social assim, eu posso dizer que eu nunca tive problemas com a polícia, até porque eu vim com outras condições para aqui para Portugal não é, então eu nunca estive envolvida em nada muito exclusivo, então, eu não sofri em relação a isso. – E1”</i>
4.1.2.1.3	Polícia nas ruas	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que	2	2	<i>“Eu por mim não tenho razão de queixa, já</i>

		remetam para a experiência pessoal de não discriminação por parte da polícia que trabalha na rua			<i>precisei algumas vezes dos serviços deles e nunca senti esse tipo de discriminação (...) Antes pelo contrário, antes pelo contrário. – E6”</i>
--	--	--	--	--	---

4.2. Experiência pessoal de discriminação por parte da População Portuguesa

4.2.1. Teve

4.2.1.1. Locais

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
4.2.1.1.1	Escola	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de discriminação por parte da população portuguesa, nas escolas.	1	1	<i>“Mas assim, eu, ali na escola, um bocadito ao princípio (...) era a pretinha da escola. – E6”</i>
4.2.1.1.2	Entidades de ajuda ao imigrante	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de discriminação por parte da população portuguesa, nas entidades de ajuda ao imigrante.	1	1	<i>“Eu vivo aqui no centro (...)Eu sinto-me discriminada aqui, quando ouço as pessoas portuguesas que vivem aqui dizer algo do tipo “Porquê que esta pessoa grega vive aqui? – E4”</i>
4.2.1.1.3	Procura de trabalho	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de discriminação por parte da população portuguesa, quando os participantes estão a procura de emprego	3	5	<i>“(...)aconteceu quando fui a uma entrevista(...)mas quando cheguei lá, ela falou para mim você fala português? e eu falo, mas estou consciente que meu português não é o melhor e cometo muitos erros, e ela falou não gosto de você porque não fala português. – E5”</i>
4.2.1.1.4	Rua	Cotam-se nesta	4	6	<i>“às vezes tem</i>

		categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de discriminação por parte da população portuguesa, nas ruas			<i>lugar que eu passo assim (...) Tem criancinha assim pequeninha eh ali o preto sabe? Eh ali o preto. – E2”</i>
4.2.1.1.5	Serviços públicos portugueses	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de discriminação por parte da população portuguesa, nos serviços públicos portugueses (ex: finanças, hospitais, etc.).	1	1	<i>“(...)eu tive uma entrevista com uma pessoa da segurança social... quando eu cheguei lá, ela falou então... “o trabalho que você está fazendo é um pouco assim ruim ne?” (...) como eu sou negro ela estava pensando que eu estava num latão de lixo. – E2”</i>
4.2.1.1.6	Supermercados	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de discriminação por parte da população portuguesa, nos supermercados.	1	2	<i>“Porque se há uma política que tem que se mostrar a saca, tem que ser para todos. – E3”</i>
4.2.1.1.7	Transportes públicos	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de discriminação por parte da população portuguesa, nos transportes públicos.	3	4	<i>“Uma vez, dentro do autocarro... e falou assim para outro que estava conversando com ele “esses pretos vêm la do país deles, não sei o que eles querem aqui. – E2”</i>
4.2.1.2. Motivos					
Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
4.2.1.2.1	Guerra colonial	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a guerra colonial como um motivo para as experiências	1	1	<i>“(...)ai eu se pudesse te matava (...) você é angolano né? Eu falei “não eu sou brasileiro. Aí ele já começou a conversar</i>

		<p>peçoais de discriminação por parte da população portuguesa.</p>			<p><i>comigo” –E2”</i></p>
4.2.1.2.2	Ser estrangeiro/imigrante	<p>Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para o facto de se ser imigrante ou estrangeiro como um motivo para a experiência pessoal de discriminação por parte da população portuguesa.</p>	2	4	<p><i>“Porque tu vês, se fores perguntar por um emprego, tu vais ver eles a dizer ah estrangeira, estrangeira. – E4”</i></p>
4.2.1.2.3	Não falar português	<p>Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para o facto de não se falar português como um motivo para a experiência pessoal de discriminação por parte da população portuguesa.</p>	2	3	<p><i>“(…)eles tinham um problema que o meu português não fosse perfeito (...) mas se tu queres uma pessoa que fale inglês e ensine inglês às crianças, porque queres saber se o meu português é perfeito ou não. – E4”</i></p>
4.2.1.2.4	Raça Negra	<p>Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para o facto de se ser imigrante de raça negra como um motivo para a experiência pessoal de discriminação por parte da população portuguesa.</p>	3	13	<p><i>“Olha tem um preto ali fazendo inscrição, não sei para quê. – E2”</i></p>
4.2.1.2.5	Roubar o emprego	<p>Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para o medo que os portugueses sentem de os imigrantes lhes roubarem o emprego, como um motivo para as experiências</p>	1	2	<p><i>“(…) ela vai vir para roubar o meu trabalho, mas não era” – E5”</i></p>

		peçoais de discriminação.			
4.2.2. Não teve					
4.2.2.1. Locais					
Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
4.2.2.1.1	Residência universitária	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de não discriminação por parte da população portuguesa, nas residências universitárias.	1	2	<i>“(…) Eu vivi na residência universitária, e eramos 38 estudantes e só 5 ou 6 eram pretos, o resto eram brancos, e nos vivíamos felizes, (…) ninguém me discriminou ou falou mal para mim ou chamou-me de preto. – E7”</i>
4.2.2.1.2	Rua	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de não discriminação por parte da população portuguesa, na rua.	1	2	<i>“No, comigo esta tudo bem, sempre, não há confusão, não há nada (...)sem problemas, as vezes pergunta tem tabaco, tem isqueiro, de resto tudo bem. – E8”</i>
4.2.2.1.3	Serviços públicos portugueses	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de não discriminação por parte da população portuguesa, nos serviços públicos portugueses (ex: finanças, hospitais, etc.).	1	1	<i>“(…) toda a gente é muito correta e aonde eu vá, tipo se eu quero apanhar um táxi (...) todos os hospitais que eu fui, fazer todos os meus exames, os médicos, todos, me trataram muito bem. – E4”</i>
4.2.2.1.4	Trabalho	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a experiência pessoal de não discriminação por parte da população portuguesa, no	2	3	<i>“(…) outras pessoas podem dizer que as chamam de “preto” ou isto, também pode haver pessoas que digam que no trabalho falam</i>

		trabalho.			<i>mal para elas, isto é o que as pessoas dizem, mas eu não. – E7</i>
4.2.2.2. Motivos					
Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
4.2.2.2.1	Portugueses com educação	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para as pessoas que têm educação como um motivo para a experiência pessoal de não discriminação por parte da população portuguesa.	1	1	<i>“(…)os médicos, todos, me trataram muito bem, mas são pessoas educadas(…) e isso muito diferente. – E4”</i>

5. Opinião do Trabalho da polícia

5.1. Positivo

5.1.1. Tipos de polícia

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
5.1.1.1	Polícia nas esquadras	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a opinião positiva dos participantes em relação ao trabalho da polícia que trabalha nas esquadras.	1	2	<i>“Olha é engraçado, quando as pessoas vai à esquadra (..) aí é diferente (..) Porque ali as pessoas confronta (..) com o comissário...Que é uma pessoa mais estudada. – E2”</i>
5.1.1.2	Polícias no geral	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a opinião positiva dos participantes em relação ao trabalho da polícia no geral, sem especificar um tipo.	2	2	<i>“- Mas assim no geral, do que vê no trabalho da polícia acha? Acho que está bem - Acha que é um bom trabalho? Eu acho que sim, acho que sim.- E6”</i>
5.1.1.3	Polícia nas ruas	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a opinião positiva dos participantes em relação ao trabalho da polícia que trabalha nas ruas.	2	3	<i>“Eu vejo a polícia, eu vi na rotunda da Boavista(…) e na via Catarina e isso, e se fores, se perguntares por direções para algum lugar eles são muito prestáveis, eles são muito educados, sim. – E4”</i>

5.2 Negativo

5.2.1 Tipos de polícia

Codificação	Designação	Descrição	Fontes	Nº Referências	Exemplos
5.2.1.1	Polícia no geral	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a opinião negativa dos participantes em relação ao trabalho da polícia no geral, sem especificar um tipo.	2	4	<i>“(…)eu acho que é o trabalho deles (...) que não é feito, bem feito ou pronto não é quase feito, porque na maioria das vezes não sabem como agir e onde e quando deve fazer – E3”</i>
5.2.1.2	Polícia nas ruas	Cotam-se nesta categoria todas as unidades que remetam para a opinião negativa dos participantes em relação ao trabalho da polícia que trabalha nas ruas.	1	6	<i>“(…) abusa um pouquinho do poder (...) é diferente, você pode ver, o problema às vezes mesmo da agressão, do mau tratar está é na rua (...) com aqueles polícias inferiores. – E2”</i>

Sistema de Codificação

1- Discriminação por parte da polícia

1.1- Existe

1.1.1- Grupos de imigrantes/raça

1.1.1.1- Raça Negra

1.1.1.2- Imigrantes no geral

1.1.2- Tipos de polícia

1.1.2.1- Guardas Prisionais

1.1.2.2- Polícias nas esquadras

1.1.2.3- Polícia no geral

1.1.2.4- Polícia nas ruas

1.1.3 – Motivos

1.1.3.1- Idade

1.1.3.2- Ser estrangeiro/imigrante

1.2- Não Existe

1.2.1- Grupos de imigrantes/raça

1.2.1.1- Imigrantes no geral

1.2.2- Tipos de polícia

1.2.2.1- Polícia nas esquadras

1.2.2.2- Polícia nas ruas

2- Discriminação por parte da População Portuguesa

2.1- Existe

2.1.1- Grupos de imigrantes/raça

2.1.1.1- Raça negra

2.1.1.2- Imigrantes no geral

2.1.1.3- Brasileiros

2.1.1.4- Imigrantes do Leste Europeu

2.1.2– Locais

2.1.2.1- Metro

2.1.2.2- Serviços públicos portugueses

2.1.2.3- Entidades de ajuda ao migrante

2.1.3- Motivos

2.1.3.1- Idade

2.1.3.2- Sem educação

3- Contacto com a polícia

3.1- Teve contacto

3.1.1– Bom

3.1.1.1– Polícia nas esquadras

3.1.1.2- Polícia no geral

3.1.1.3- Polícia nas ruas

3.1.1.4- Polícia no aeroportos

3.1.2- Mau

3.1.2.1- Polícia nas ruas

3.1.2.2- Guardas prisionais

4- Experiência pessoal de discriminação

4.1- Experiência pessoal de discriminação por parte da polícia

4.1.1- Teve

4.1.1.1– Tipos de polícia

4.1.1.1.1- Guardas prisionais

4.1.1.1.2- Polícia nas ruas

4.1.1.1.3- Polícia no aeroporto

4.1.1.2- Motivos

4.1.1.2.1- Raça negra

4.1.1.2.2- Ser estrangeiro/imigrante

4.1.2- Não teve

4.1.2.1- Tipos de polícia

4.1.2.1.1- Polícia nas esquadras

4.1.2.1.2- Polícia no geral

4.1.2.1.3 – Polícia nas ruas

4.2- Experiência pessoal de discriminação por parte da População Portuguesa

4.2.1- Teve

4.2.1.1- Locais

4.2.1.1.1- Escola

4.2.1.1.2- Entidades de ajuda ao imigrantes

4.2.1.1.3- Procura de trabalho

4.2.1.1.4- Rua

4.2.1.1.5- Serviços públicos portugueses

4.2.1.1.6- Supermercados

4.2.1.1.7- Transportes públicos

4.2.1.2 – Motivos

4.2.1.2.1- Guerra colonial

4.2.1.2.2- Ser estrangeiro/imigrante

4.2.1.2.3- Não falar Português

4.2.1.2.4- Raça negra

4.2.1.2.5- Roubar o emprego

4.2.2- Não teve

4.2.2.1- Locais

4.2.2.1.1- Residência universitária

4.2.2.1.2- Rua

4.2.2.1.3– Serviços públicos portugueses

4.2.2.1.4– Trabalho

4.2.2.2 – Motivos

4.2.2.2.1- Portugueses com educação

5- Opinião do Trabalho da polícia

5.1- Positivo

5.1.1- Tipos de polícia

5.1.1.1- Polícia nas esquadras

5.1.1.2- Polícia no geral

5.1.1.3- Polícia nas ruas

5.2 Negativo

5.2.1- Tipos de polícia

5.2.1.1- Polícia no geral

5.2.1.2- Polícia nas ruas